



## Movimento dos Pequenos Agricultores: Um movimento socioterritorial disputando territórios e produzindo desenvolvimento

Gerson Antonio Barbosa Borges  
Flor de Maria de Maria Julca Gonza

### Resumo:

O objetivo deste artigo é desenvolver uma reflexão em torno das práticas e teorias do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) as quais irão constituir-lo em um movimento socioterritorial. O MPA está construindo um projeto de desenvolvimento territorial a partir do campesinato, denominado Plano Camponês. Esse projeto produz conflitualidade constante com o modelo de desenvolvimento territorial da agricultura capitalista – agronegócio – que por sua vez, é hegemônico na atualidade. As políticas públicas são essenciais para o êxito desta proposta, ou de qualquer outro plano de desenvolvimento territorial. Portanto, torna-se um espaço de disputa e conflitualidades, que atingem todas as dimensões e escalas do território. Isso nos leva a concluir que os resultados das lutas dos movimentos socioterritoriais implicam diretamente nos modelos de desenvolvimento territorial, na existência e características desses sujeitos.

**Palavras-chave:** Movimento dos Pequenos Agricultores; Desenvolvimento territorial; Plano Camponês; Movimentos Socioterritoriais; Políticas públicas.

### Introdução

A década de 1990 foi o prelúdio da nova fase da agricultura capitalista no Brasil por meio da aplicação das políticas neoliberais pelos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Esses governos desmontaram os aparatos estatais que serviram de força motriz para o período da modernização conservadora e ao mesmo tempo, abriram caminho para um novo pacto da agricultura capitalista, que fixou suas bases no início dos anos 2000, sob a roupagem do agronegócio. Delgado (2012) entende esse rearranjo enquanto:

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que domino novo pacto da economia política do agronegócio. (DELGADO, 2012, p.109)

Essa reorganização da agricultura e da pecuária brasileira expressou sobre tudo um novo pacto de poder, e favoreceu a ascensão da cadeia dos “impérios alimentares” (PLOEG, 2009), estruturadas por complexos de sistemas e complexos em rede do agronegócio (COSTA NETO & FERNANDES, 2017). Nesta encruzilhada



da realidade brasileira, nasceu o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no sul do Brasil. Esse movimento trouxe enquanto primeiras reivindicações, a pauta das políticas públicas para o campesinato. O objetivo era criar condições para que os camponeses continuassem resistindo, existindo e produzindo (GÖRGEN, 1998) em seus territórios.

A luta pela existência, materializada na sua forma organizativa, sobretudo na construção e disputa de territórios materiais e imateriais vai tornar o MPA um movimento socioterritorial.

### **Movimento dos Pequenos Agricultores**

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surge no caldeamento das políticas neoliberais na segunda metade da década de 1990. A agricultura brasileira passava por profundas transformações em decorrência da implementação das resoluções do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), resultado das rodadas do Uruguai. Por meio desses tratados internacionais, os governos se comprometiam em diminuir os investimentos públicos. Na agricultura, significou redução extrema das políticas públicas, afetando toda a agricultura nacional. Ou seja, havia uma orientação para o afastamento do estado nas decisões concernentes às políticas de desenvolvimento territorial, ficando a cargo do mercado as definições estratégicas. No “Acordo sobre a Agricultura” esta orientação é explicitada:

*Recordando además que "el objetivo a largo plazo arriba mencionado consiste en prever reducciones progresivas sustanciales de la ayuda y la protección a la agricultura, que se efectúen de manera sostenida a lo largo de un período acordado, como resultado de las cuales se corrijan y prevengan las restricciones y distorsiones en los mercados agropecuarios mundiales". (Organización, Mundial del Comercio , 1993, p.1)*

A adesão do Brasil a esses tratados conduziu o estado nacional à crise, pois se tratando de investimentos e subsídios, Chang (2004), lembra que os países desenvolvidos, não cumprem tratados que onerem os seus projetos de desenvolvimento. Portanto, nas relações comerciais com os países protecionistas, o Brasil sempre saía em desvantagem.

Os reflexos do desajuste econômico podem ser notados na tabela 1. Com abertura para as importações e a ausência do estado na proteção da economia nacional, as importações crescem nos anos 90, com destaque 1995, 1996, período que a balança comercial torna-se negativa, no instante que as importações ultrapassam as exportações.

**Tabela 1 – Balanço de Pagamentos Brasileiro – 1987/96 (US\$ Bilhões)**

Balanço de Pagamentos Brasileiro — 1987/96  
(US\$ Bilhões)

Discriminação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Balança Comercial	11,2	19,2	16,1	10,8	10,6	15,2	13,3	10,5	-3,4	-5,5
Exportações	26,2	33,8	34,4	31,4	31,6	35,8	38,6	43,5	46,5	47,7
Importações	15,1	14,6	18,3	20,7	21,0	20,6	25,3	33,1	49,9	53,3
Serviços	-12,7	-15,1	-15,3	-15,4	-13,5	-11,3	-15,6	-14,7	-18,6	-21,7
Transferências Unilaterais	0,1	0,1	0,2	0,8	1,6	2,2	1,7	2,6	4,0	2,9
Transações Correntes	-1,4	4,2	1,0	-3,8	-1,4	6,1	-0,6	-1,7	-18,0	-24,3
Capital	-0,7	3,6	-3,6	-4,7	-4,1	25,3	10,1	13,9	30,9	33,0
Var. de Reservas (=-aumento)	-1,0	-1,2	-0,9	-0,5	0,4	-14,7	-8,7	-7,2	-12,9	-8,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

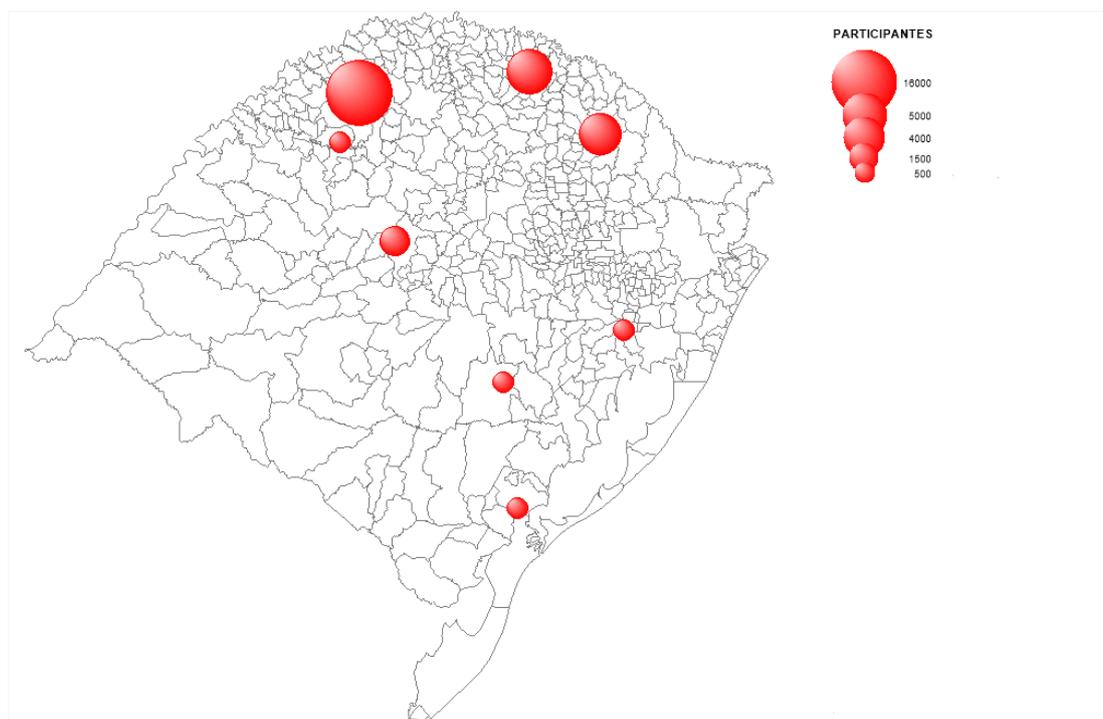
Fonte: – Banco Central do Brasil. Tabela organizada por CAVALCANTI & RIBEIRO (2018 p. 4)

As relações comerciais desiguais e o desequilíbrio exportação/importação ocasionaram déficit nas contas públicas, e crise nos setores produtivos, especialmente a agricultura camponesa.

Os pequenos agricultores presenciavam o desmonte do estado brasileiro para a classe trabalhadora, entre meio a uma crise de representatividade organizacional. De acordo com os primeiros relatórios, produzidos por lideranças que faziam parte do MPA, o sindicalismo rural à época, estava em um período de crise. Os dirigentes não tinham sintonia com as bases, fato este que estava ceifando com as condicionantes para uma compreensão e intervenção na realidade agrária (MPA, 1998).

Uma prolongada estiagem no ano de 1995, somada as políticas neoliberais e o desgaste do sindicalismo agrário, deflagraram as ações, denominadas “*mobilizações da seca*” nos meses de janeiro e fevereiro de 1996 (MPA, 1998). Essas lutas reuniram quase 30.000 mil camponeses em todas as regiões do Rio Grande do Sul (GÖERGEN, 1998), nos municípios de Sarandi, Erechim, Lagoa Vermelha, Santo Ângelo, Júlio de Castilhos, Pelotas, Encruzilhada do Sul e Porto Alegre. No mapa abaixo podemos observar a espacialização das mobilizações que foram determinantes para o nascimento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

**Mapa 1 – Espacialização das mobilizações da seca e nascimento do MPA**



Fonte: Görgen, 1998. Elaboração: Gerson Antonio Barbosa Borges

As primeiras pautas de reivindicação do MPA foram direcionadas as políticas públicas de crédito para viabilizar a aquisição de insumos na realização do plantio dos cultivos e alimentar as famílias e os animais (GÖRGEN,1998). Pois o que estava em risco e em luta era a condição de subsistir de uma classe e seus respectivos territórios. Essa realidade nos conduz a compreender o MPA, como sendo um



movimento socioterritorial, que têm o território como seu grande trunfo, e sentido da sua existência. (FERNANDES, 2013, 2018).

Nossa posição em considerar o MPA um *movimento socioterritorial*, não é sinônimo de desconsiderar o conceito de *movimento social*. Pelo contrário, pensamos que o conceito de movimento social é válido e valioso, para estudarmos os movimentos organizados em todos os tempos, porém acreditamos que os movimentos existentes, são diversos, possuem particularidades e podem ser estudados por diferentes perspectivas acadêmicas. Nós optamos por realizar nossa investigação com algumas categoriais da geografia como centrais, por acreditarmos que com essas ferramentas, estaremos mais próximos do objeto do nosso estudo e de sua respectiva práxis.

### **Espaço e Território**

Os conceitos de *espaço* e *território* são essências em nosso objeto de análise, pois ambos são multidimensionais e multiescalares (FERNANDES, 2013), possibilitando uma leitura totalizante e não fragmentada da realidade investigada. De maneira breve, pensamos que seja necessário entendermos como esses conceitos são produzidos, disputados e conquistados. Pois é por meio deles que analisaremos os projetos que o MPA está teorizando, construindo e se diferenciando de outros movimentos.

Para Santos (1999) o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. É a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991) e dos demais seres. Portanto é no espaço que se formam as ideias, as florestas, os campos, as cidades, os seres orgânicos inorgânicos e sociais. É aonde a vida e a morte se encontram e metamorfoseiam-se. Por ser pensamento e ação, objeto material e imaterial, podemos entender que o espaço está em uma constante construção, destruição, reconstrução e disputa.

Entendemos que as relações de poder no espaço produzem o território. Portanto, na nossa concepção o território não é apenas uma superfície, pois ele carrega todas as características do espaço que citamos anteriormente, mediadas por



relações de poder. Como disse Fernandes (2013, 2018) “todo o território é espaço, embora nem todo o espaço seja um território”. No artigo “Sobre a tipologia dos territórios”, Fernandes (2013) enriquece o conceito ao desenvolver uma leitura dos diferentes tipos de território. Ele afirma que:

O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras (FERNANDES, 2013, p.248).

Essa leitura multidimensional produz a tipologia de territórios a partir da multiescalaridade e supera a interpretação reduzida de território, apenas como espaço de governança (FERNANDES, 2013). Porém, os governos e as instituições privadas utilizam a definição reduzida porque essa leitura dificulta a percepção das conflitualidades e da realidade. Elementos dispensáveis sob o ponto de vista dos que dominam. Fernandes assinala que:

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de territórios pelas classes sociais. O território compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais (FERNANDES, 2013, p.171).

O território apenas como espaço de governança interessa ao Paradigma do Capitalismo Agrário (FERNANDES, 2013), por reduzir o espaço a um plano unidimensional. O território como totalidade é multiescalar e multidimensional. O primeiro território é considerado espaço de governança, em escalas nacional, regional, estadual e municipal. Nestas escalas é onde se formam o segundo e o terceiro territórios. O primeiro e o segundo territórios são fixos e o terceiro é fluxo. O segundo território é entendido pela diversidade de propriedades privadas, comunitárias, capitalistas ou não capitalistas (FERNANDES, 2013). O terceiro território tem o movimento como uma de suas principais características, na escala do local, do corpo, da sociabilidade, portanto, também da conflitualidade (FERNANDES, 2013).



Estes territórios, segundo Fernandes (2013), são sustentados por territórios imateriais:

Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus think-tank. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios materiais e as pessoas e grupos que pensam os territórios (FERNANDES, 2013, p.184).

Isso é tão verdadeiro, que agricultura capitalista disputa não apenas a terra do camponês, mas também o jeito de produzir, de se relacionar, de consumir, ou seja, de pensar. Podemos ilustrar essa realidade nas propagandas reproduzidas pela rede Globo “Agro é pop” (GLOBO, 2018), onde existe a tentativa de vender a ideia que o agronegócio é o único modelo de desenvolvimento existente na agricultura. Sob estes aspectos o território imaterial passa a ser peça chave para construir, destruir, reconstruir, manter e/ou disputar territórios. Dai a importância do debate paradigmático (FERNANDES, 2013) e os respectivos paradigmas da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário, para entendermos as diferentes ideias e leituras da realidade, que influenciam diretamente nos projetos de desenvolvimento territorial, na formação e conceituação do território.

### **Movimento dos Pequenos Agricultores: Um movimento Socioterritorial**

Alguns movimentos do campo e da cidade, de esquerda ou de direita, constroem a centralidade das suas disputas nos paradigmas, espaços políticos, condições de trabalho e questões salariais, Fernandes (2013, 2018) os conceitua enquanto movimentos socioespaciais. No entanto, existem outros movimentos que também disputam paradigmas, espaços políticos, condições de trabalho e questões salariais, mas desenvolvem como centralidade da disputa e da sua existência os territórios materiais, como por exemplo: a terra no campo, habitações ou fábricas. Esses movimentos, Fernandes (2013, 2018) define por movimentos socioterritoriais.

Considerando que o território é material e imaterial, multiescalar e multidimensional, construído, mediado e disputado por relações de poder, no espaço que uma classe ou grupo social se realiza, outros sujeitos de interesses opostos não



se realizam sem conflitos. O ato de querer se impor no território do outro, com interesses antagônicos, tende a gerar uma série de múltiplos conflitos, que tornar-se-á uma conflitualidade constante (FERNANDES, 2013).

Eis a germinação do MPA, que ocorreu em um momento de conflitualidades, entremeia a ascensão e aplicação das políticas neoliberais. Os pequenos agricultores se organizaram para reivindicar ao estado, políticas públicas para permanecerem desenvolvendo suas atividades nas propriedades que possuíam. No fundo o que estava em risco era o território desses camponeses e a sua própria existência enquanto campesinato. Portanto antes mesmo de existir oficialmente o novo movimento, esses sujeitos já eram na sua essência um grupo socioterritorial, por entenderem o território como estratégico para sua existência e reprodução. Gørgen (1998) salienta que:

(...) a falta de políticas públicas do Estado para proteger a agricultura familiar diante da avalanche da globalização dos mercados, num primeiro momento sob o impacto do Mercosul, posteriormente do mundo, continuou destruindo, descapitalizando e até arrasando a base econômica de sobrevivência dos pequenos agricultores, fazendo com que a necessidade da luta política voltasse com todo o vigor. (GØRGEN, 1998, p.10)

A não conquista dos projetos demandados, portanto, poderia incidir em uma desterritorialização desses camponeses. Fernandes (2005) desenvolve a ideia que nas disputas territoriais pode ocorrer a TDR (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização) dos camponeses ou dos capitalistas. Aproximando da nossa questão de estudo, a territorialização poderia acontecer por meio da compra das terras dos camponeses, pelos agricultores capitalistas, que em melhores condições financeiras, desterritorializariam os primeiros. A reterritorialização poderia ocorrer em um novo momento, em que os camponeses conquistariam novos territórios, avançando na fronteira agrícola, ou mesmo, reconquistando territórios de posse da agricultura capitalista, por meio da luta pela terra. Estamos entendendo que nesse processo da TDR, está presente uma CDR (Construção – Destruição – Reconstrução) dos territórios.



O território nas suas múltiplas dimensões e escalas é uma construção social. Essa leitura nos leva a concluir que os territórios do campesinato portam características não iguais aos territórios da agricultura capitalista, pois os sujeitos e interesses dos que o produzem é diferente. As afirmações acima parecem óbvias, no entanto, pensamos ser essencial reafirmá-las, pois é com esses pressupostos que nosso entendimento da CDR ganha materialidade. Pois o camponês constrói os seus territórios a partir de um paradigma, quando ele é desterritorializado por meio das relações de poder, não apenas está perdendo o seu território para outro que vem territorializar-se no mesmo espaço, mas também, nesse instante, o seu território está deixando de existir, ou seja, está sendo destruído, e ali, no mesmo espaço, está se construído um novo território, com novos interesses de classe. A reconstrução de um território é fruto da luta de classes e sempre será algo novo, mesmo uma família camponesa reterritorializada hipoteticamente e um mesmo espaço que ela havia perdido no passado, a reconstrução será de um território que ainda não existiu materialmente, portanto, nunca vai ser igual ao que existia no passado.

### **Disputas territoriais por meio de diferentes políticas públicas**

Entendemos que a manutenção dos territórios camponeses, e a conquista de novos territórios por estes sujeitos, percorre o caminho da luta de classes. A luta de classes sempre põe frente a frente, interesses opostos. Os interesses das classes sociais expressam-se, principalmente por meio de seus projetos de desenvolvimento. Acreditamos que o êxito de um projeto de desenvolvimento depende principalmente da interação, Estado e classe social. Esta relação por vezes é conflituosa, e contém na sua síntese o signo da política pública.

Fernandes (2015) vem debatendo a necessidade da desconstrução e reconstrução do conceito de “políticas públicas”. Para o autor, a interpretação predominante na atualidade é que elas são um produto do estado e por ele executadas. No entanto, uma nova interpretação parte do entendimento da existência de diferentes políticas públicas. Essas são teorizadas e executadas por diferentes classes sociais em consonância com o Estado ou não.



Políticas emancipatórias são formuladas pelo protagonismo e pela participação. Parte da coerência entre as relações sociais e a produção territorial. Políticas de subordinação são elaboradas por representantes ou ideólogos de uma classe para a outra, como forma de manter o controle, de possibilitar a manutenção de uma condição de existência. Isso não significa que políticas de subordinação não contribuam para o desenvolvimento, mas contribuem para o desenvolvimento desigual. (FERNANDES, 2015, p.30)

Considerando o Estado como uma fração do território, o primeiro território (FERNANDES, 2013), um grande privilégio da agricultura capitalista no Brasil, é que esta classe do segundo território, quase sempre esteve ocupando postos estratégicos do Estado, ou seja, no primeiro território, portanto, cabendo aos beneficiários da política pública, a sua elaboração, logo, assistindo aos interesses da classe. Esse é o caráter da política pública emancipatória (FERNANDES, 2015), que no caso brasileiro tem predomínio hegemônico das classes dominantes.

A primeira política pública emancipatória, pós-independência de 1822, podemos considerar que foi a lei de terras de 1850. Esta lei legalizou o latifúndio e distanciou a terra dos mais pobres. Mais tarde, na segunda metade do século, foi aplicada uma política pública que subvencionava a vinda dos imigrantes europeus que substituiriam a mão de obra escrava (MARTINS, 2017), esta, junto com a lei de terras, foram os alicerces centrais para os primeiros passos da formação do capitalismo brasileiro. No século XX o estado comprou café dos fazendeiros por duas ocasiões, e queimou para subsidiar o setor em crise de superprodução (MARTINS, 2017). A reestruturação da agricultura, no período da então chamada modernização conservadora (DELGADO, 2012), nas décadas de 1960, 70 e 80, com os pacotes tecnológicos da revolução verde, introduzidas no regime alimentar intensivo (MCMICHAEL, 2016), é outro exemplo de política pública emancipatória, construída pela classe que controla o Estado. Percebe-se que desde o século XIX, as políticas públicas foram o combustível para consolidar a hegemonia dos projetos de desenvolvimento territorial da agricultura capitalista.

No processo de construir um novo conceito para “política pública”, Fernandes (2015) aponta que as lutas dos movimentos socioterritoriais também são políticas públicas, e estas podem desdobrar-se em novas políticas públicas nas relações com o



Estado. Sob este ponto de vista, podemos considerar que os ensaios na construção de políticas públicas, pela classe trabalhadora camponesa, por meio da luta, não é de hoje. No entanto, essas ações na maior parte das vezes foram duramente reprimidas. Exemplos clássicos das repressões estão na guerra de Canudos no século XIX, guerra do Contestado, revolta de Trombas e Formoso e Ligas Camponesas no século XX.

Podemos considerar as lutas por reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a partir da década de 1980, como as primeiras grandes lutas exitosas na produção e conquista de políticas públicas, por parte dos camponeses, embora não emancipatórias (FERNANDES, 2015), mas construídas de baixo para cima.

Para Fernandes (2015) as políticas públicas de subordinação são aquelas construídas por uma classe, para outra classe, obviamente, a intencionalidade na elaboração não é sinônimo de libertar e emancipar, mas sim, subordinar. Esse caráter da política pública, na atualidade, é o que mais existe ao acesso da classe trabalhadora camponesa. Embora sejam conquistas do campesinato, não são elaboradas pelos mesmos, e chegam de cima para baixo (FERNANDES, 2015). Uma das razões de vir de cima para baixo, é que a classe dominante, controla o Estado. Mas existe outra questão, em momentos que a classe trabalhadora esteve presente parcialmente no Estado, no período dos governos neodesenvolvimentistas (SINGER, 2012), inicialmente pode ter faltado experiência e quantidade de pessoas qualificadas da classe trabalhadora camponesa no primeiro território, para que em diálogo com os presentes do segundo território, pudessem elaborar políticas públicas desde as necessidades e demandas da classe.

### **Movimento dos Pequenos Agricultores: Conquistando e construindo políticas públicas**

O grande saldo das mobilizações da seca de 1996 foi a construção de um novo movimento socioterritorial, o MPA no ano de 1997. A oficialização da criação deste movimento, ocorreu no mês de dezembro, contando com a presença de sindicalistas



de sete estados do país (GÖRGEN, 1998). Nesse encontro deu-se início ao processo de nacionalização, elaboração da organicidade e bandeiras de luta do movimento.

Entre uma plataforma de reivindicações e projetos que o MPA elegeu como prioridades, estava à luta por crédito subsidiado e a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o Brasil (GÖRGEN, 1998). Uma série de mobilizações estaduais e nacionais, possibilitaram a conquista do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) custeio ainda no de 1997 e o PRONAF investimento no ano de 1998. Ambas as políticas públicas continham subsídio, e contribuíram para o desenvolvimento e permanência dos camponeses em seus territórios. No entanto, essas políticas públicas tinham suas limitações. Foram conquistadas nas lutas do campesinato, mas tiveram sua elaboração por sujeitos de outra classe, subordinando os camponeses por meio do comprometimento em cláusulas contratuais, de utilizar os recursos no consumo de tecnologias da agricultura capitalista. Essas políticas públicas de subordinação produzem desenvolvimento, porém, desigual (FERNANDES, 2015). (relacione FERNANDES e a citação de GÖRGEN)

(...) gradualmente, o PRONAF foi sequestrado pelos interesses agroindustriais induzindo ao monocultivo transgênico, adubação química pesada, uso intensivo de agrotóxicos, aquisição de máquinas e de implementos superdimensionados e inadequados às suas condições econômicas e produtivas, tornando a agricultura funcional à acumulação de capital (GÖRGEN, 2017, p.490-91)

A percepção dos limites do PRONAF teve grande relevância, pois os agricultores não se acomodaram com a apenas esta política pública. Por meio da espacialização das lutas, os camponeses organizados no movimento socioterritorial MPA, em conjunto com demais movimentos camponeses, conquistaram PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), Seguro Agrícola, ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), programas de compras públicas, tais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) campo, expansão e interiorização das instituições públicas de ensino por meio do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Esses triunfos dos



movimentos socioterritoriais, com suas devidas limitações, possibilitaram os camponeses a resistir os avanços das corporações do agronegócio e ao mesmo tempo, ganhar fôlego na elaboração de um projeto de desenvolvimento territorial a partir do campesinato.

### **Plano Camponês: Uma política pública emancipatória**

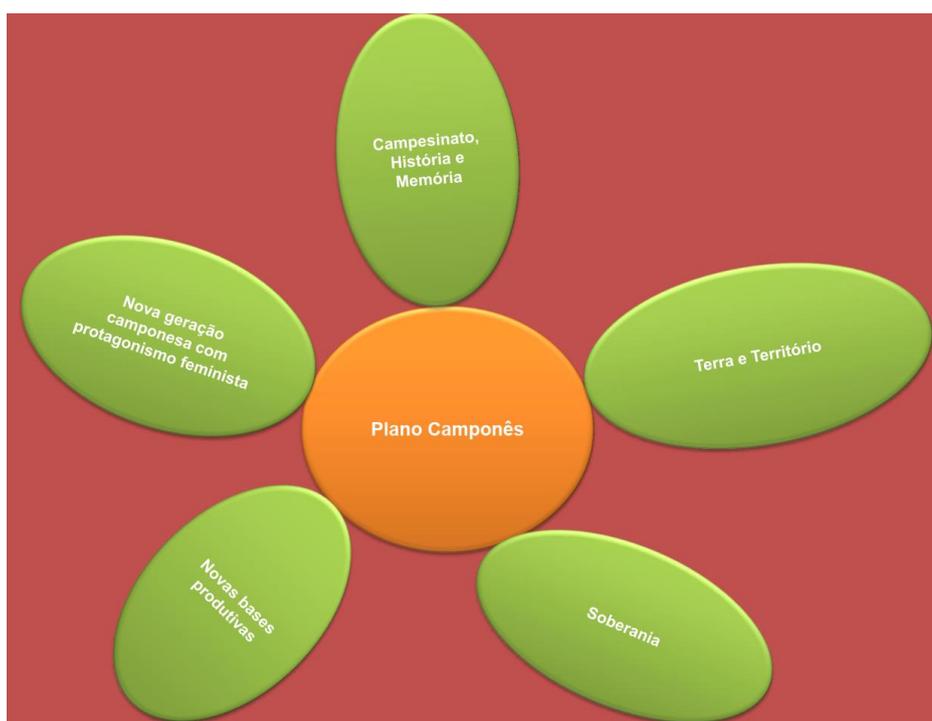
Estamos compreendendo que os projetos de desenvolvimento territorial necessitam de uma série de políticas públicas emancipatórias para se estruturarem. Deste ponto de vista, se o projeto é uma construção dos camponeses, são eles é que devem elaborar e executar as políticas públicas, para que aumentem as possibilidades de êxito. O Plano Camponês que o MPA está construindo é um projeto de desenvolvimento territorial, portanto, uma política pública emancipatória em construção de baixo para cima, que desencadeia outras políticas públicas emancipatórias.

O Plano Camponês é uma elaboração teórica prática proposta pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA (GÖRGEN, 2017). Apresenta um conjunto de alternativas perante os impérios alimentares (PLOEG, 2009), por meio de novos formatos produtivos e relações sociais de produção não capitalistas. É a representação de um caminho inovador para pensar e realizar desenvolvimento territorial a partir dos camponeses.

Os camponeses organizados no MPA disputam as diversas escalas e dimensões do território para construir o Plano Camponês. Movimentações desenvolvidas nas propriedades, comunidades, regiões, estados e país ilustram essa dinâmica, a qual se materializa tanto no ato de produzir como na escolha dos representantes políticos. As ações desses sujeitos são mediadas por uma constante conflitualidade (FERNANDES, 2013), pois o agronegócio atua com objetivo de controlar o maior número de territórios possíveis, inclusive os do campesinato. A atuação dessas classes sociais no primeiro e segundo territórios vai acirrando as conflitualidades socioterritoriais, por seus interesses serem heterogêneos e antagônicos.

Na nossa concepção os eixos centrais do Plano Camponês são: Campesinato , História e Memória - Terra e Território – Soberania - Novas bases produtivas e Nova geração camponesa com protagonismo feminista.

**Figura 1 – Plano Camponês**



Fonte: Autor

Representam um caminho alternativo de desenvolvimento, tornando-se territórios de luta por autonomia (FERNANDES, 2013, PLOEG, 2009). Segundo Görgen (2017), a elaboração desse plano pelos camponeses surge em função de uma necessidade de demonstrar que o campesinato existe e possui um projeto de desenvolvimento para a realização de suas iniciativas. Silva (2016) salienta que o plano “é a estratégia capaz de levar o campesinato a cumprir papel fundamental nas transformações democrática e popular da sociedade brasileira”.

Tendo em vista que os impérios alimentares inclinam-se a desconectar a produção agrícola dos seus ecossistemas e sociedades regionais (PLOEG, 2013), o conceito de ALIMERGIA visa integrar todas as dimensões e escalas do território. Ao propor novos formatos produtivos, baseados na produção de alimentos, energia e



preservação ambiental, o conceito apresenta-se, de acordo com SILVA (2016), como um novo paradigma agrário. GÖRGEN (2017) afirma que os sujeitos dessa nova matriz produtiva são os camponeses, através de novos sistemas agrícolas de base ecológica. Acreditamos que a solidariedade faz as costuras desse novo sistema.

A realização de uma reforma agrária integral e popular é fundamental, pois é com a posse da terra que os camponeses poderão fortalecer as suas estratégias nas disputas socioterritoriais contra a dependência, a marginalização e a privação (PLOEG, 2013), e, ao mesmo tempo, expandir os territórios os quais poderão desenvolver por meio da solidariedade, práticas de cooperação e coprodução, conceitos tão caros ao Plano Camponês.

Construir soberania alimentar e energética de maneira equilibrada com os biomas locais é um dos grandes pilares da ALIMERGIA (GÖRGEN, 2017). Para tal, é necessária a construção de novas bases produtivas tecnológicas, as quais vêm a ser denominadas “Sistemas Camponeses de Produção” (SPC), em contraponto às cadeias produtivas do agronegócio e seus respectivos pacotes tecnológicos.

Os SCP apresentam formas inovadoras no jeito de produzir e controlar os recursos naturais, gerando maior autonomia territorial por parte dos camponeses (SILVA, 2016). Ao contrário das cadeias produtivas do agronegócio, a produção nos SCP é diversificada, amparada em métodos agroecológicos, de acordo com a realidade de cada bioma manejado. A cooperação na construção dessa nova base tecnológica socioterritorial possui finalidade estratégica por ter o potencial de elevar os anseios familiares ao comunitário (PLOEG, 2013).

As práticas agroecológicas em torno do controle e manejo dos recursos naturais podem criar maior independência relativa dos camponeses frente aos mercados do capital. Os atos de realizar sistemas produtivos diversificados, cultivar sementes crioulas e produzir insumos naturais são belos exemplos da constante luta pela territorialização destes novos sistemas agrários. Podemos dizer que os SCP são a materialização dos arranjos produtivos provindos do conceito ALIMERGIA. O elo a ligar as diversas dimensões e escalas do território destas novas formas de sociabilidade socioterritorial serão os Centros Territoriais de Cooperação (CTC).

Os CTC constituem-se em territórios de referência dos camponeses para realizar as disputas socioterritoriais. Esses centros são planejados pelas cooperativas ligadas ao MPA e estão situados em regiões centrais com grande presença do campesinato (SILVA, 2016).

Na figura 2 é possível verificar o desenho organizativo dos CTC. O desenho não reflete a imagem de todos os CTC, pois eles são construídos de acordo com a realidade de cada território.

**Figura 2 – Centro Territorial de Cooperação**

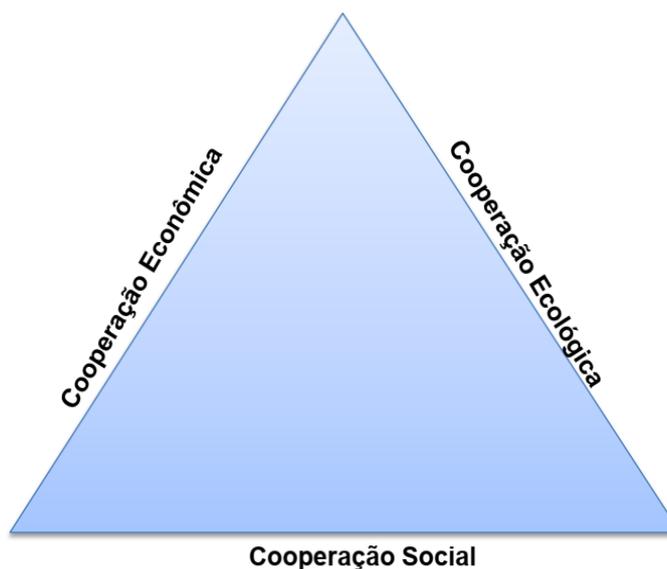


Fonte: Silva, 2016, p.64

Nas reflexões de Silva (2016), ele concebe a existência de uma filosofia em comum nos CTC, que pode ser entendida enquanto uma tríplice cooperação, conforme figura abaixo.



**Figura 3 – Tríplice Cooperação**



Fonte: Autor

A tríplice cooperação é a relação solidária entre a Cooperação Social, Cooperação Econômica e Cooperação ecológica. É um território imaterial do campesinato que ganha materialidade nas práticas solidárias de reciprocidade, assim, como na luta de classes empreendida pelos movimentos camponeses socioterritoriais, neste caso o MPA.

As figuras abaixo, 4 e 5, são fotos atuais da territorialização dos Centros Territoriais de Cooperação no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Seberi e Santa Cruz, respectivamente. As construções possuem algumas técnicas da bioconstrução. É nestes espaços que acontece os processos de formação, administração, industrialização e comercialização. As áreas verdes são os espaços de produção e preservação ambiental.



**Figura 4 – Centro Territorial de Cooperação em Seberi**



Fonte: arquivo do autor

**Figura 5 – Centro Territorial de Cooperação de Santa Cruz do Sul**



Fonte: Arquivo do autor

Os CTC por serem o elo principal na articulação das várias dimensões e escalas do território, hospedam as principais experiências da tríplice cooperação, materializando-se em novos sistemas de produção, industrialização, comercialização, preservação e recuperação ambiental, formação e educação das famílias camponesas (SILVA, 2016). Portanto, é um território produtor de movimentos emancipatórios (PLOEG, 2013) bem como de políticas públicas emancipatórias (FERNANDES, 2015).

Segundo Silva (2016), as cooperativas existentes no CTC realizam atividades de suporte técnico, econômico e jurídico. É através delas, por exemplo, que é organizada a produção de insumos, mudas e sementes para os arranjos produtivos.

Ao mesmo tempo, oferecem garantias de absorção e compra dos produtos provindos destes sistemas, criando fluxo de informação, serviços, materiais e energias sustentáveis no território, formando



uma unidade econômica e social de reprodução camponesa (SILVA, 2016, p.30).

Essas práticas desenvolvem o “princípio camponês” (PLOEG, 2008), criando condições para um novo regime alimentar, sustentado por uma economia de base camponesa, em territórios não capitalistas.

### Considerações finais

A elaboração de um projeto de desenvolvimento pelos camponeses reafirma a importância das disputas territoriais nas suas múltiplas dimensões e escalas do território. A construção e a disputa de políticas públicas emancipatórias pelos movimentos socioterritoriais é uma via para pensarmos o desenvolvimento territorial. Obviamente este caminho possui conflitualidades, por ser espaço de relações de poder e interesses antagônicos. Os movimentos camponeses socioterritoriais por possuírem na sua gênese o território, são os sujeitos destas disputas contra a agricultura capitalista.

Procuramos mostrar neste trabalho algumas experiências do MPA que o caracterizam enquanto um movimento socioterritorial. Essas experiências são de lutas, resistência e construção de políticas emancipatórias desde os territórios do campesinato.

### Referências Bibliográficas

CAVALCANTI, Marco Antônio.F.H, RIBEIRO, Fernando José. **As exportações brasileiras no período 177/96**: Desempenho e determinantes. Disponível em < [http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0545.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0545.pdf) >. Acessado em 14 de outubro de 2018

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. – 1.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COSTA NETO, Adolfo da Oliveira; FERNANDES, Bernardo Mançano. A produção de óleo de palma a partir da subordinação de territórios camponeses em assentamentos da reforma agrária. In: Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros et al. **A geografia do Pará em múltiplas perspectivas**: políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial. Tupã, ANAP, 2017.



DELGADO, Guilherme da Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência), vol.1, Presidente Prudente: UNESP, 2013.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimento social como categoria geográfica**. Disponível em < [www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/361/343](http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/361/343) > Acessado em 10 de outubro de 2018.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460> >. Acessado em 10 de outubro de 2018.

Fernandes, Bernardo Maçano. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. RAMOS FILHO, Eraldo Et al. **Estado, Políticas Públicas e Território**. São Paulo. Outras Expressões. 2015.

GLOBO. **Agro**: A indústria-riqueza do Brasil. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/> >. Acessado em 11 de outubro de 2018.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: editora vozes, 1998.

GÖRGEN, Sérgio Antônio, Frei. **Trincheiras da resistência camponesa**: sob o pacto do agronegócio. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARTIN, Jean-Ives, FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimento socioterritorial e “globalização”**: algumas reflexões a partir do caso do MST. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18710/13906> >. Acessado em 08 de outubro de 2018.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9 ed, São Paulo: Contexto, 2017.

MCMICHAEL, Phillip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1. Ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores**. Relatório (não publicado). Brasília, 1998

ORGANIZACIÓN, Mundial del Comercio. **Acuerdos sobre la agricultura**. Disponível em < [https://www.wto.org/spanish/docs\\_s/legal\\_s/ursum\\_s.htm#aAgreement](https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/ursum_s.htm#aAgreement) >. Acessado em 15 de outubro de 2018



PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3ª edição – São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Marcelo Leal Teles. **Projeto Alimergia**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2016.